

Paralisação

Docentes protestam contra congelamento salarial

Docentes da UFJF e do IFET/JF realizaram, em 05/07, paralisação, com mesa redonda na sede da APESJF e ato público no centro da cidade, em conjunto com os Técnicos Administrativos e os professores da rede estadual de ensino, ambos em greve.

As manifestações visam pressionar o governo pela abertura de negociações. Em reunião com os Servidores, em 06/07, mais uma vez o governo deu indícios de que não vai discutir reajuste salarial em 2011, o que representa uma perda considerável dado os índices de inflação.

Várias categorias se mobilizam



Não deu na imprensa...

Movimentos Sociais preparam onda de protestos para agosto

Dia 05/07 teve paralisações De SPFs em todo o país

Pág. 3



Professores federais, estaduais, estudantes e Técnicos Administrativos realizaram manifestação no centro de Juiz de Fora. Pela manhã, a sede da APESJF contou com mesa redonda para discutir a conjuntura nacional

Governo frustra servidores e não apresenta contra proposta, pág. 4

O metalúrgico José Maria de Almeida, da secretaria executiva da Conlutas, fala ao TRAVESSIA, págs 4 e 5

Docentes do IFET obtêm vitória na questão da progressão docente, pág. 4

José Luiz Ribeiro comemora 48 anos de teatro e militância cultural, pág. 7

Os desafios do Saneamento Básico no Brasil, pág. 8

Editorial

No mês em que a APESJF completa seu 33º aniversário, vale destacar sua participação em torno da defesa da educação pública, gratuita, laica e socialmente referenciada, bem como seu compromisso com a valorização do serviço público cada vez mais de acordo com os interesses e expectativas da maioria da população. Essa história não começa de hoje e também não é fruto de ações voluntaristas ou idealistas, que pouco se vinculam com a formação histórica e social brasileira e com as lutas dos trabalhadores e trabalhadoras por uma sociedade justa e igualitária.

Nossa história tem raízes no processo de luta pela democratização da sociedade e da universidade brasileiras, ainda duramente marcadas pelo regime autoritário imposto pelos governos militares. Uma das conquistas que alicerçam esse processo é a contribuição da APESJF na construção de um sindicalismo autônomo e independente, isto é, livre de ingerências de governos, instituições e partidos políticos, buscando preservar, sempre, o conjunto de propostas e reivindicações dos docentes para uma universidade voltada ao cumprimento de suas finalidades no desenvolvimento científico e tecnológico do país. Foi dessa perspectiva que nos unimos às propostas que pudessem se centrar nas condições de vida e de trabalho dos docentes como fator principal de uma educação socialmente referenciada nos interesses da sociedade brasileira. Nesse sentido, a APESJF sempre atualizou suas lutas em torno da isonomia salarial, da paridade entre professores efetivos e aposentados e da Dedicção Exclusiva como eixo de sustentação entre ensino, pesquisa e extensão.

A APESJF teve presença marcante, também, na democratização das IFES de Juiz de Fora. A luta pelas eleições diretas nas diferentes instâncias da universidade, especialmente a de Reitor, evidenciou que a atuação ativa de professores, técnico-administrativos em educação e estudantes é, por exemplo, um importante legado para a garantia da autonomia universitária.

Hoje, essas lutas são atualizadas em torno da Campanha Salarial dos Servidores Públicos Federais. Assim como no passado, a APESJF tem se mantido firme na ampla mobilização dos professores em torno de interesses que não são apenas específicos da categoria, mas dizem respeito ao conjunto dos Servidores Públicos Federais e à valorização do trabalho que realizam no dia-a-dia de atendimento da população brasileira. Afinal, nenhum(a) trabalhador(a) pode ficar sem data-base para negociar a reposição das perdas inflacionárias, nenhum(a) trabalhador(a) deve conviver com ações que ameaçam seus direitos, nenhum(a) trabalhador(a) pode sentir ameaçado(a) por legislações que atacam e depreciam as condições do serviço público e nenhum(a) trabalhador(a) pode ficar refém de acordos não cumpridos pelos governos.

A insatisfação é cada vez mais generalizada pela omissão do Governo Federal no atendimento de nossa pauta de reivindicações. Mas a APESJF tem o que comemorar, pois está presente nas questões e desafios que atravessam nossas necessidades coletivas. Nossa perspectiva é a de aprofundar o debate, reforçar a mobilização e radicalizar nas ações em favor dos docentes e dos trabalhadores brasileiros, sem abrir mão de nossa história, de nossa liberdade, de nosso projeto de sociedade e de universidade. Parabéns a APESJF, parabéns aos professores.

A Diretoria

Dinheiro Público nos supermercados

Piada que rola na internet: "Sabe qual vai ser o nome da fusão entre o Carrefour e o Pão de Açúcar? Pão francês!". Brincadeiras a parte, economistas, jornalistas e analistas comentam o fato nos principais canais de notícias do país, se perguntando o que os R\$ 4,5 bilhões do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico estão fazendo nesta transação. A resposta do BNDES é simples: estratégia. O setor de supermercados no país estaria sob ameaça do domínio francês. No entanto, o grupo Pão de Açúcar, que já tinha uma boa parte do seu controle na mão dos franceses do Casino, grupo concorrente do Carrefour, teve este controle ampliado por meio da compra de mais ações, elevando sua participação de 37% para 43,1%.

Com a fusão, não se sabe como o BNDES vai garantir que a burguesia nacional tenha o controle deste gigante. Segundo analistas do setor, a briga entre Casino e Carrefour pelo Pão de Açúcar se justifica pelo fato de ambos estarem encontrando dificuldades no seu mercado de origem, onde passam por problemas de adaptação. O Brasil seria então considerado um El Dourado para essas empresas.

Mais injustificável ainda é o investimento de dinheiro público numa ação claramente monopolizadora, impedindo a livre concorrência, já que a fusão alteraria o equilíbrio do mercado, dando 51% do controle ao novo grupo. Sob as bênçãos de um banco público, estamos vendo a criação de um grupo capitalista esmagador, possível deflagrador de desemprego.

Embora os fatos ocorram em áreas diferentes do governo, é impossível deixar de comparar a luta dos movimentos sociais para que a educação consiga um aumento do investimento do governo em educação para 10% do PIB, enquanto todos os dias vemos notícias como o despejo de recursos estatais para socorrer bancos em épocas de crise, para colaborar na fusão da Sadia com a Perdigão, na Oferta de US\$ 6 bi por parte do Banco do Brasil para a Telefônica comprar a GVT, na Compra do Votorantim por parte do Banco do Brasil etc. etc. etc.

A expectativa da população é de que o BNDES sirva sim de apoio ao desenvolvimento do país, gerando projetos de alcance social, já que o preço pago pelo contribuinte é grande: o dinheiro que o banco empresta é na maioria público, já que é financiado por aportes do Tesouro Nacional.

O Tesouro toma dinheiro emprestado a 12,5% e repassa ao BNDES que empresta a 6%. Essa diferença é paga pelos impostos, pelo enorme esforço dos brasileiros, que assistem à americanização do país, em que o estado deixa de ser autônomo para representar as corporações, seus interesses e suas estratégias, travestidas de apoio à economia do país.

Erramos - No título da última página do Travessia 76 faltou a palavra " Social" em seu final

Expediente

Travessia é uma publicação mensal da Associação dos Professores de Ensino Superior de Juiz de Fora - APESJF/SSind.

Rubens Luiz Rodrigues - Educação - Presidente
Paulo César de Souza Ignácio - IFET/JF - Vice Presidente
Paulo Roberto de Castro Villela - Engenharia - Secretário Geral
Zuleyce Maria Lessa Pacheco - Enfermagem - 1ª Secretária
Maria de Fátima G. M. Kalil Patrício C.A. João XXIII - 2ª Secretária
Ana Livia de Souza Coimbra - Serviço Social - 1ª Tesoureira
Marilene Schelgshorn dos Santos de Sansão - Inativo - 2ª Tesoureira

Redação e diagramação: Daniel Goulart / e projeto gráfico: Luiz Felipe Falcão / Jornalista responsável: Daniel Goulart - Reg. 6083 DRT MG / Tiragem 1600 exemplares / Campus da UFJF, bairro Martelos, CEP 36036-900 Tel/Fax: (32) 3215-1286 / Homepage: apes.org.br
 E-mail: apesjf@acessa.com

Professores do estado enfrentam caos

Em greve desde 08/06, os professores do estado de Minas Gerais mantêm o movimento realizando panfletagens, assembléias e manifestações, procurando alertar a população para a desvalorização dos professores do estado de Minas Gerais.

de gestão em 2003 -; o concursado, nomeado após 2003, sem direito do plano de carreira; o efetivado pela chamada Lei 100, com efetivação sem concurso, portanto inconstitucional e o designado (contrato temporário)”, explica Victoria Mello, da Direção do Sind-UTE.

As reivindicações são muitas, no entanto, no que se refere ao atual movimento grevista, os docentes querem o Cumprimento da Lei do Piso Salarial Nacional; Concurso Público; Recomposição da carreira - que teve vários direitos retirados pela chamada lei do Subsídio em validade desde janeiro/2011.

Os docentes afirmam que

Minas Gerais é a segunda maior arrecadação entre os estados da união e que, portanto, pode pagar o piso estipulado pelo governo federal. O piso atual paga pouco mais de R\$ 300,00

Segundo o Sind-UTE, a abrangência da greve não está grande pois a prática de corte de salário, instituída pelo governo Aécio/Anastasia tem sido um entrave. Cerca de 40% no estado, mais ou menos 100.000 trabalhadores em educação estão paralisados em Estado de Minas.

Foto Daniel Goulart



Professores em manifestação no dia 05/07

Não deu na imprensa...

Conselho de Transportes cercado pela Guarda Municipal

Dia 05/07 teve mobilização em todo o país

Estudantes secundaristas e da educação superior se uniram aos professores e técnicos administrativos que realizaram ato público em frente à Câmara dos Vereadores de Juiz de Fora no dia 05/07. Eles vinham da reunião do Conselho de Transporte de Juiz de Fora, onde foram barrados pela Guarda Municipal que impediu a participação do público na reunião.

Professores de diversas universidades se uniram nesta terça-feira, dia 5/7, na luta da Campanha Unificada 2011 dos servidores públicos federais. As manifestações, que aconteceram em vários campi universitários do país, marcaram também o Dia de Luta e mobilização em prol da proposta de Carreira Docente defendida pelo ANDES-SN.

De acordo com o DCE a planilha aprovada, tendo único voto contrário dado pelo Diretório, não deveria ter sido colocada para votação já que o Ministério Público não teve tempo de fazer uma análise detalhada do documento, faltando verificar a veracidade das notas fiscais apresentadas pelas empresas de transporte.

“O movimento na base respondeu positivamente às deliberações tiradas na plenária da Cnesf e na reunião do setor das Ifes. Foi um dia marcado por 24 horas de lutas de várias categorias dos servidores federais. Muitas seções sindicais paralisaram as atividades nas Universidades. Em alguns campi, apesar de não ter havido paralisação, outras atividades foram realizadas para marcar o manifesto”, avaliou Luiz Henrique Schuch, vice-presidente do Sindicato Nacional.

Assim, a portas fechadas, mesmo sem o Conselho saber a legitimidade da planilha, o aumento da passagem de ônibus para R\$ 1,95 teve 14 votos a favor, 7 abstenções e apenas 1 voto contrário.

Agosto terá onda de protestos

Uma grande onda de protestos está sendo preparada para o próximo semestre. Diversas entidades e movimentos aprovaram a Jornada Nacional de Lutas de 17 a 26 de agosto. Uma semana em que as categorias que estejam em campanha salarial como bancários, petroleiros e outras devem aproveitar para fortalecer sua mobilização.

Servidores do Judiciário Federal em greve

A greve nacional em defesa da aprovação dos Planos de Cargos e Salários dos Servidores do Judiciário Federal e em defesa dos PLs 6613/09 e 6697/09 conta com a adesão dos servidores do Espírito Santo, Distrito Federal, Bahia, Mato Grosso, Pará, Amapá, Amazonas, Roraima, Rio Grande do Sul, São Paulo, Goiás, da Justiça do Trabalho da 15ª Região/SP e Rio de Janeiro. Em outros estados, como Pernambuco, Alagoas, Piauí, Acre, Maranhão e Rio Grande do Norte, a categoria realiza paralisação de 24 horas ou parcial, além atos públicos e mobilizações nos locais de trabalho.

No entanto, várias categorias, mesmo que já tenham realizado lutas no primeiro semestre, devem se organizar e preparar dias de protestos, manifestações, paralisações nos dias 17 e 18/08.

Os trabalhadores vão se organizar também para a para o Dia Nacional de Lutas em 24 de agosto, em Brasília.

Prestação de Contas

Table with 3 columns: APES ASSOCIAÇÃO DOS PROFESSORES DE ENSINO SUPERIOR J.FORA, APES ASSOCIAÇÃO DOS PROFESSORES DE ENSINO SUPERIOR J.FORA, APES ASSOCIAÇÃO DOS PROFESSORES DE ENSINO SUPERIOR J.FORA. Each column contains financial statements for March 2011, April 2011, and May 2011, detailing receipts and expenses across various categories like fixed costs, human resources, and social charges.

InformAPES

Governo frustra servidores e não apresenta contraproposta

O governo não apresentou sua contraproposta à pauta de reivindicações dos servidores públicos federais, na reunião da última quarta-feira (6/7), como havia sido prometido pelo secretário de Relações Sindicais do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão (MP), Duvanier Paiva, durante a marcha nacional do dia 16/6, que reuniu cerca de 8 mil servidores na Esplanada dos Ministérios. No início da audiência, marcada anteriormente para o dia 5/7 e adiada

por iniciativa do governo, Duvanier propôs quatro pontos de pauta. Primeiro, discutir o relatório sobre a oficina já realizada sobre o Projeto de Lei (PL)1992/07, que cria a previdência complementar do servidor. Depois, avaliar a proposta de acordo sobre o PL 248/97, que institui a demissão de servidores por insuficiência de desempenho. Em terceiro lugar, sugeriu que eles discutissem a realização de outras oficinas e, por fim, propôs o debate sobre as questões econômicas.

Docentes do IFET obtém vitória na questão da progressão docente

O reitor do IFET/Sudeste, campus Juiz de Fora, pressionado pela mobilização dos docentes, decidiu referendar a decisão do CONSU de conceder a progressão por titulação de DI pra D III aos professores que a ela fizeram jus.

A reunião do Conselho em

27/06 também havia sido adiada pela pressão exercida pela intensa mobilização dos professores apoiada pela APESJF.

Os professores haviam marcado inicialmente uma paralisação e uma manifestação durante a reunião, visando a resolução do impasse.

APESJF participou do Setor das IFES em Brasília

O professor Rubens Rodrigues, Presidente da APESJF foi o representante do sindicato na reunião do Setor dos docentes das Intituições Federais de Ensino Superior (IFES) no ANDES-SN.

O evento realizou-se em Brasília nos dias 17 e 18/06.

No dia 16/06, os docentes

participaram do Ato Público dos Servidores públicos, com apoio de vários outros movimentos sociais na Esplanada dos Ministérios. A reunião, na sede do ANDES em Brasília discutiu a Campanha Salarial 2011 com balanço da mobilização e socialização das experiências de elaboração das pautas locais de reivindicação.

Docentes da UFJF e do IFET aprovaram paralisação em assembléia

A paralisação e as atividades do dia 05/07 foram aprovadas em assembléia em 29/06 na APESJF e em várias Seções Sindicais em todo o país.

Nessa assembléia, os docentes indicaram ainda os nomes dos professores Rubens Luiz Rodrigues como

delegado, Ana Livia Coimbra e Joacyr Teixeira de Melo como observadores da APESJF no 56º CONAD em Maringá (PR).

O tema do encontro é "Autonomia universitária, trabalho docente e independência sindical".

Congelamento salarial mobilizou docentes

De acordo com o professor Rubens Luiz Rodrigues, representante da APESJF na reunião do Setor das IFES do ANDES, realizada em 17 e 18/06, a decisão de mobilizar a categoria para uma paralisação decorreu da morosidade do Governo Federal em negociar com as diversas categorias dos Servidores Públicos Federais preconizando, um congelamento salarial dos docentes para 2011. "Na análise da Diretoria do

ANDES, a audiência com o Ministério do Orçamento e Gestão, que se realizou durante o ato público do dia 16/07, mostrou essa perspectiva, já que o próprio secretário de Recursos Humanos Duvanier Paiva Ferreira disse que a próxima reunião, que se realizaria em 05/07, discutiria apenas diretrizes, sem a apresentação de uma proposta concreta sobre as reivindicações da campanha salarial.", relatou Rubens.

"Unir e dar ser"



José Maria em manifestação dos trabalhadores

1 - Muitos setores da esquerda analisam o momento da classe trabalhadora como de um refluxo, ou descenso, desde a derrota do Lula em 1989. O que você acha disso? Zé Maria - Houve uma diminuição, sim, das lutas durante o governo Lula. A ascensão do PT ao governo levou a CUT e a UNE, que já viviam um processo de afastamento das lutas, a darem um salto neste processo. Estas organizações se integram à base de apoio do governo e se ligam diretamente ao Estado através de cargos e repasses de verbas. Transformam-se em um obstáculo absoluto ao desenvolvimento das lutas.

Além disso, outro fator que contribuiu para a diminuição das lutas foi a própria influência e autoridade que Lula tinha (ainda tem) junto aos trabalhadores. Estes, ao confiarem no governo, ao invés de lutarem, preferiram esperar as soluções que o governo poderia trazer para as mazelas que afligem sua vida.

Mas a diminuição das lutas não se deu devido a uma derrota dos

trabalhadores, que minasse a confiança em suas forças. Veja, neste momento a combinação de crescimento econômico, arrocho dos salários e o fato de a classe não estar derrotada, é o que explica a retomada das lutas no país. Estamos vivendo um processo, ainda fragmentado, mas

Estamos vivendo um processo, ainda fragmentado, mas generalizado de lutas no Brasil, com greves no setor de educação, metalúrgicos, químicos, construção civil, servidores municipais, e um longo etcetera. É uma inflexão importante na conjuntura.

generalizado de lutas no Brasil, com greves no setor de educação, metalúrgicos,

ntido político à luta dos trabalhadores”



químicos, construção civil, servidores municipais, e um longo etcetera. É uma inflexão importante na conjuntura.

2 - Como a CSP-Conlutas se encaixa nesse contexto? Quais são as perspectivas de acúmulo da classe trabalhadora como um todo?

Zé Maria -A CSP-Conlutas se constrói como uma alternativa de organização para lutar dos trabalhadores, num contexto em que as organizações construídas anteriormente foram incapacitadas para tal (caso da CUT, por exemplo). Apesar de ainda pequena, nossa Central tem cumprido um papel importante na resistência dos trabalhadores, em buscar unir e dar um sentido político às lutas fragmentadas que estão ocorrendo e em buscar dar um sentido político. Neste momento estamos impulsionando a construção, junto com vários parceiros, de uma jornada nacional de mobilizações em agosto próximo. A idéia é superar a fragmentação, unir forças, mas também dar um marco

comum, contra a política econômica do governo, para as centenas de greves e mobilizações que ocorrem no país neste momento, e que podem se fortalecer com as campanhas salariais no segundo semestre. Entram agora setores de peso, como metalúrgicos, petroleiros, bancários, etc. Ao lado disso seguimos desenvolvendo esforços no processo de reorganização em curso, visando fortalecer a

Este Plano Nacional de Educação, apresentado ao Congresso Nacional pelo Governo Dilma concentra todos os ataques à educação pública que vem sendo realizados nos últimos anos.

organização que estamos construindo. Estamos bastante orgulhosos do que fizemos até agora, mas seguimos conscientes de que muito há por se fazer ainda.

3 - De que modo a universidade pode contribuir para a reorganização da classe trabalhadora?
Zé Maria - A universidade é um espaço importante no estímulo e na disseminação

do debate político mais estratégico em nosso país. Dentro disso, o Andes/SN já tem feito muito neste processo. É um sindicato com peso político importante e diálogo com vários setores do movimento sindical e popular. Tem sido uma das organizações mais atuantes na construção, primeiro da Conlutas e agora, da CSP-Conlutas. Precisamos seguir neste sentido, tratando não apenas com os setores que estiveram e se retiraram do Conclat, mas também com outros setores que tem se deslocado no processo da luta de classes neste último período.

4 - O que você acha da proposta do governo para o Plano Nacional de Educação?

Zé Maria -Este Plano Nacional de Educação, apresentado ao Congresso Nacional pelo Governo Dilma concentra todos os ataques à educação pública que vem sendo realizados nos últimos anos (Reuni, Pro-Uni, etc). Até o Pronatec está incluído neste PNE. Implicará, se aprovado, num avanço sem precedentes na privatização do ensino em nosso país. Outro aspecto negativo deste PNE é a meta de investimento de 7% do PIB, daqui a 10 anos! Exatamente há dez anos atrás o Congresso Nacional votou esta meta de 7% do PIB na educação.

Agora, o governo apresenta a mesma meta, a

ser alcançada daqui a mais dez anos. É um completo descaso com a educação pública. O Ministro argumentou dias atrás, em audiência pública na Câmara dos Deputados, que não há verbas para alcançar os 10%. Ora, o governo Dilma gastou, entre 1 de janeiro e 17 de junho deste ano, 364 bilhões de reais para pagamento de juros e amortização das dívidas

Não temos nenhum tipo de simpatia pelos métodos da luta que o grupo de Cesare Battiti resolveu adotar na Itália em seu momento. Mas não reconhecemos legitimidade ou autoridade moral em qualquer governo capitalista para criticá-los

externa e interna. Mais de 360 bilhões em seis meses! Para sair dos míseros 5% do PIB que o governo gasta hoje na educação e chegar aos 10% bastaria metade deste valor, cerca de 150 bilhões de reais a mais, por ano.

5 - A CSP Conlutas apoiou a libertação de Cesare Battisti, o que você pensa de toda essa questão?
Zé Maria -Apoiamos por um imperativo democrático. A grande crítica que se faz aos defensores da não extradição de Battisti é a de que ignoramos a violência praticada por ele e seu grupo quando lutaram contra o regime de governo italiano ao seu tempo. Ora, qualquer regime de governo sob o capitalismo, seja ele ditatorial ou democrático, para assegurar a manutenção da exploração do sistema sobre toda a população se utiliza – cotidiana e sistematicamente – de uma violência muito maior contra os trabalhadores e suas organizações.

Não precisamos ir longe, basta ver aqui mesmo no Brasil. Ou já nos esquecemos que há pouco mais de dez anos o Estado Democrático de Direito brasileiro assassinou 19 trabalhadores em Eldorado dos Carajás pela simples razão de eles reivindicarem seus direitos? Não temos nenhum tipo de simpatia pelos métodos da luta que o grupo de Cesare Battiti resolveu adotar na Itália em seu momento. Mas não reconhecemos legitimidade ou autoridade moral em qualquer governo capitalista para criticá-los ou para tentar condená-los pelo uso da força.

A CSP-Conlutas, fiel aos seus princípios democráticos não poderia deixar de apoiar esta luta.

Mobilização reforçou campanha salarial

A paralisação dos docentes da UFJF, no dia 05/07, foi um importante momento da mobilização, visando, em conjunto com servidores de todo o país, pressionar o governo por abertura efetiva das negociações. Uma mesa redonda na parte da manhã, sobre a conjuntura atual na área da educação, com representantes do ANDES, Sintufejuf e Sind-UTE/MG, e a panfletagem em frente à câmara dos vereadores, na parte da tarde, foi um início promissor das manifestações em Juiz de Fora.

O evento da parte da manhã contou com a presença de 60 participantes entre Professores federais e da rede estadual de Minas Gerais e Técnicos Administrativos em Educação.

Neste evento, a professora Marina Barbosa, presidente do ANDES-SN, afirmou a importância da mobilização em conjunto

dos Servidores Públicos Federais e se mostrou otimista quanto ao cenário de 2011 para a luta unificada.

A professora Victória Martins, do Sind-UTE/MG, ressaltou a questão do PNE, realizando um histórico sobre as lutas da década de 80, em que a sociedade se mobilizou para a construção democrática de uma Lei de Diretrizes e Bases e um Plano Nacional de Educação, frustrada, no entanto, pela ação do Governo FHC que impôs suas diretrizes. Ela apontou ainda a necessidade de a sociedade se unir para combater a proposta de PNE do governo Dilma que não apresenta diferenças substanciais em relação ao passado.

O coordenador do Sintufejuf, Aloísio da Silva, traçou um histórico do movimento sindical, destacando a judicialização das lutas, onde a via da justiça substituiu a luta nas ruas, e

o crescimento do ensino particular no país, e o crescimento da terceirização com ápice na MP 520, agora substituída pelo projeto de lei nº 14.

O ato público das 17 horas contou igualmente com as três entidades organizadoras. Neste evento, houve a participação de cerca de 20 professores, 30 técnicos administrativos e dez professores da rede estadual de Minas, além do apoio de estudantes em protesto contra o aumento da passagem de ônibus em Juiz de Fora, totalizando cerca de 70 manifestante, com carro de som e panfletagens alertando a população para a desvalorização da educação levada a cabo pelos governos.

Em termos da paralisação na universidade, pode-se considerar que os objetivos foram parcialmente atingidos com cerca de 50% dos professores aderindo ao movimento.



Professor Rubens Rodrigues abrindo a Mesa Redonda



Marina Barbosa, Presidente do ANDES-SN, falando aos professores



Mesa redonda realizou uma reflexão sobre os desafios da luta pela educação



Professores, Estudantes, Técnicos Administrativos descendo a Halfeld

Filie-se ao seu sindicato
ligue 3215 1286

José Luiz Ribeiro

São 48 anos de teatro e militância cultural

Fotos divulgação

No dia sete de julho de 2011, José Luiz Ribeiro, Professor da Faculdade de Comunicação da UFJF, sopra as velinhas de 45 anos desde a primeira peça do grupo de teatro universitário Divulgação: "Amor em Verso e Canção".

Os números seguem impressionando. Ao todo são 48 anos de teatro, desde o início no teatro ligado à Igreja da Glória, e uma média de cinco a seis peças por ano desde então, totalizando hoje 167 peças montadas, das quais 67 escritas por ele mesmo.

Nesse trabalho de autor, ele se identifica também como jornalista. "Em minha vida, essas três atividades sempre estiveram muito ligadas.

Quando sou professor, também sou ator já que preciso cativar meus

alunos. Quando estou no palco, também sou professor, já que trabalho também o ensino, e quando sou autor, estou fazendo jornalismo, já que minhas peças são crônicas do momento vivenciado pelo país", explica.

Uma característica marcante no trabalho de José Luiz Ribeiro pode ser definida pelo constante viés ideológico de seu teatro, que desde a década de sessenta realiza um trabalho crítico utilizando humor como arma de resistência. Um trabalho que pode ser conferido até hoje na crítica da realidade nacional, "homenageando presidentes e governos.

"Até hoje é de resistência. Nossa peça atual 'Depois da Novela das Oito' fala sobre a atual classe média, que ascendeu socialmente sem ideologia, visando apenas o consumo", conta.

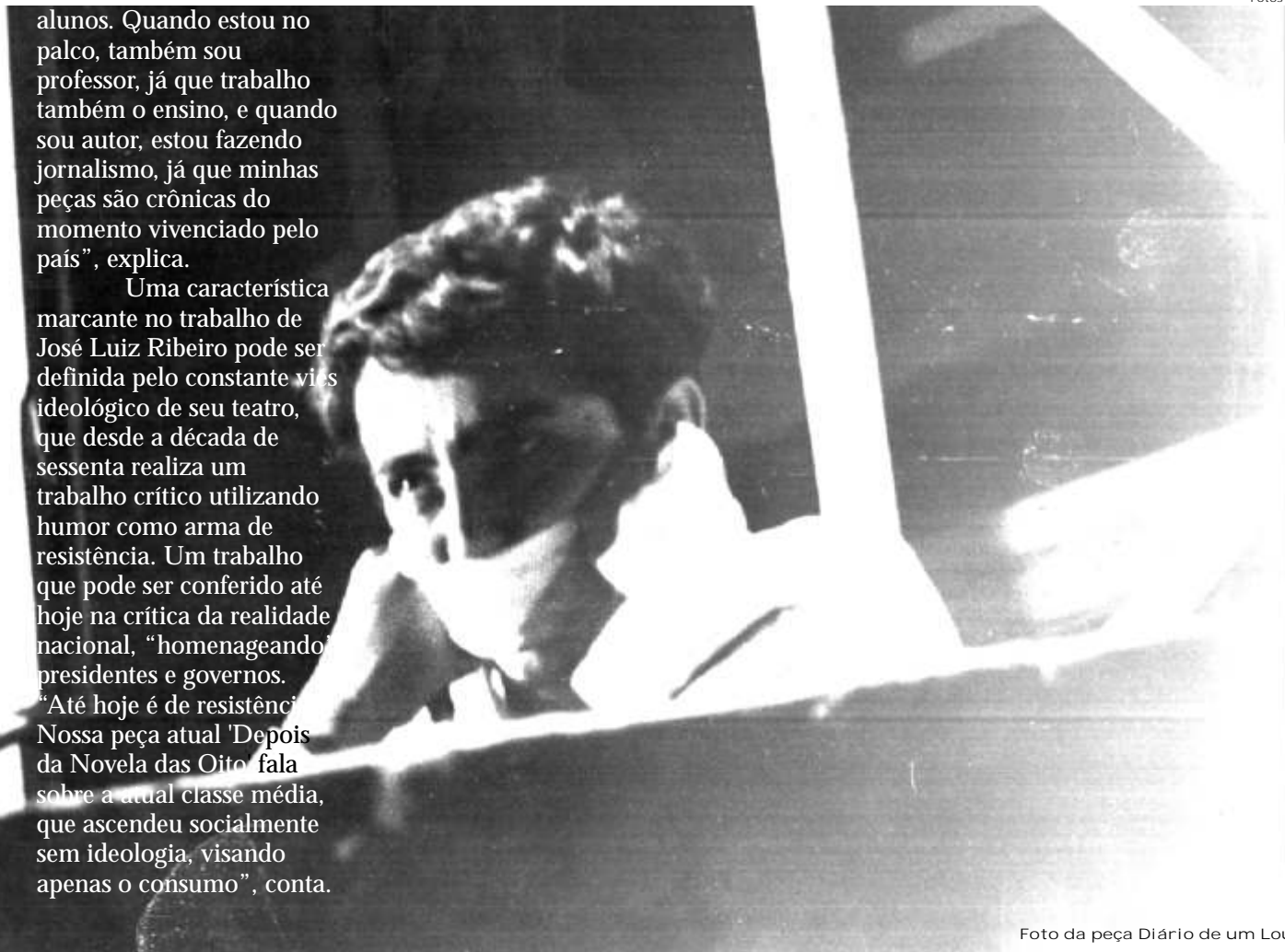


Foto da peça Diário de um Louco

Ribeiro lutou contra a censura no teatro e nos jornais

Do início, o professor guarda a lembrança de uma efervescência cultural, ideológica e política revolucionária, apesar do cerco ditatorial dos governos pós 1964. Como jornalista, Ribeiro conta que começou no Diário Mercantil para onde, depois de um tempo no Jornal do Brasil, voltou para realizar a reforma gráfica e ser o primeiro diagramador da cidade.

Dentro da Tribuna da Mantiqueira, como Editor Geral, ele conta que a presença do sensor era uma constante, cortando e vetando matérias consideradas subversivas. "Ainda assim, conseguíamos falar nas entrelinhas e a população percebia".

A mão de ferro da ditadura era também sentida nas peças de teatro encenadas pelo Divulgação.

A peça Marat/Sade recebeu tantos cortes que os personagens sumiram todos e ficou impossível de se fazer.

Em 1969, o grupo tentou encenar "Diário de um Louco", de Nikolai Gogol, no que foi impedido na última hora, depois de quatro meses de ensaio, com as pessoas já entrando no teatro para a estréia da peça.

"O engraçado é que apesar da ditadura, conseguimos realizar todas as principais peças russas. Para encenar o 'Diário...' nós entramos com um recurso e conseguimos a liberação, com algumas falas cortadas. Assim, no momentos dos cortes, o ator colocava um pano na boca e ficava em silêncio falando mentalmente o texto. A platéia percebia o que estava acontecendo", relembra.

O comprometimento com a militância cultural levou Ribeiro não apenas a manter o teor político de suas peças por mais de quatro décadas. Existe ainda o trabalho pedagógico. Atualmente, ele coordena cinco projetos de extensão, entre eles o Centro de Estudos Teatrais, que trabalha ensinando teatro a universitários e adolescentes, o Teatro para Terceira Idade e a Escola de Expectador, há vinte e cinco anos em atividade e que coordena cerca de duzentos núcleos entre escolas e centros comunitários de Juiz de Fora. "Não é apenas levar teatro, mas formar público já que

entre as crianças há sempre um trabalho com as professoras e entre os adultos sempre um debate".

Fundador da APESJF, quando participou da primeira reunião para a criação do sindicato, Ribeiro esteve presente em movimentos grevistas, levando o teatro a repensar a situação política. Hoje ele identifica Juiz de Fora como uma grande produtora de cultura e se diz espantado com o número de shows, apresentações, exposições etc.

Quadro que ele, é claro, é importante fomentador.

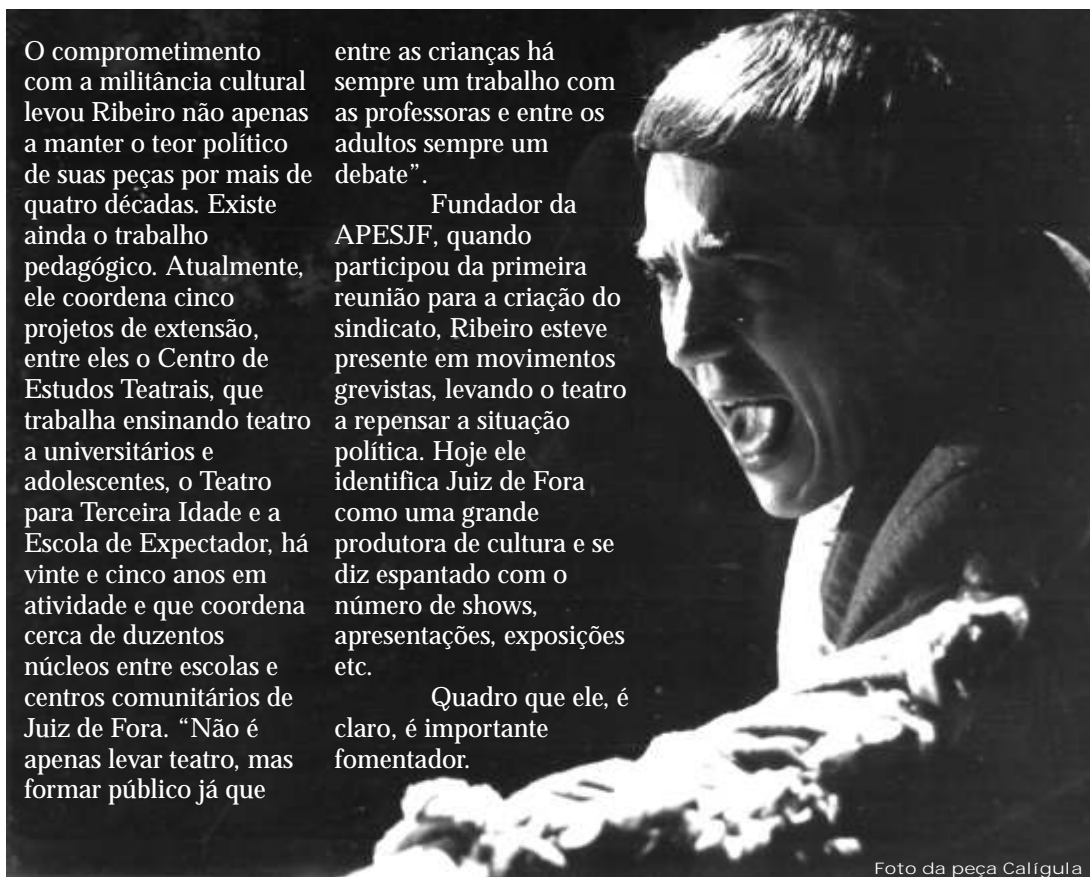


Foto da peça Calígula

Os desafios do Saneamento Básico no Brasil

Léo Heller - Professor da Escola de Engenharia da UFMG
e Júlio César Teixeira - Professor da Faculdade de Engenharia da UFJF

Observa-se hoje um claro descompasso entre o quadro sanitário exibido pelo Brasil e seu nível de desenvolvimento socioeconômico, ou ao menos aquele em que pretenderia se situar.

Analisando as várias estatísticas disponíveis, pode-se estimar que ainda mantemos cerca de 20% da população brasileira sem acesso a uma rede coletiva de abastecimento de água, população esta mais concentrada na área rural que na urbana. Trata-se de parcela populacional expressiva, de quase 40 milhões de pessoas, excluída do que a ONU decretou como um direito humano fundamental, “essencial para o pleno usufruto da vida e de outros direitos humanos”. E a ONU acrescenta que o direito humano refere-se ao acesso à água limpa e segura. A pergunta complementar que cabe aqui é: os 80% da população que as estatísticas apresentam como “atendidas” recebem água limpa e segura? Muitos sistemas de abastecimento não fornecem água potável e não a distribuem com continuidade.

Por outro lado, cerca de um terço da população brasileira não tem uma disposição segura dos seus esgotos. E, muito grave, há um importante déficit no tratamento dos esgotos coletados. Historicamente, preocupou-se em afastar os esgotos das imediações dos domicílios, mas não de assegurar uma disposição ambiental adequada, resultando em expressiva poluição de nossas águas e disseminação dos riscos sanitários para regiões a jusante. Similarmente, quadro preocupante se verifica na disposição dos resíduos sólidos domiciliares, para o qual o IBGE estima que cerca de metade dos municípios os dispõe de forma inaceitável, gerando passivo sanitário e ambiental, que submete importante contingente populacional a riscos à sua vida e comprometimento de sua dignidade.

A drenagem das águas pluviais completa os componentes do saneamento básico, sendo desnecessário se estender demasiadamente para demonstrar a necessidade de intervenções nos fundos de vales urbanos, para a minimização das graves consequências das chuvas intensas. Estas atingem cidades crescentemente despreparadas para lidar com as chuvas.

Evidentemente, ao se reportar o problema da exclusão sanitária no País, a preocupação não se limita ao acesso em si e com o desejo de uma evolução favorável das estatísticas, para o bem da nossa imagem. Na verdade, estamos nos referindo aos efeitos que a ausência de acesso provoca: os impactos na saúde humana, principalmente das crianças pobres; o comprometimento das condições ambientais; a indignidade da vida em ambiente com esgotos e lixo a céu aberto; a presença de ratos, baratas, moscas, mosquitos nas moradias e doenças infecciosas e parasitárias.

Ainda, destacamos que a evolução da cobertura pelos serviços públicos de saneamento seguiu a tendência de vários dos serviços essenciais no Brasil, marcada pela exclusão e pela desigualdade. É nítida, por exemplo, a relação entre renda familiar e acesso aos vários serviços de saneamento básico. Ou seja, a situação do saneamento alimenta o perverso ciclo da pobreza e da desigualdade: o cidadão mais pobre tem menor chance de acesso a uma adequada solução sanitária; pior a solução sanitária, maior a chance de comprometimento de sua saúde e dos membros de sua família; maior comprometimento da saúde, maior o absenteísmo escolar e ao trabalho e maior o comprometimento do orçamento com saúde.

Perante esse quadro, cabe indagar: por que o País não logrou universalizar o acesso a um serviço com a essencialidade do saneamento básico?

Uma primeira hipótese localiza-se no campo das técnicas, ao identificar na carência de seu desenvolvimento a principal fonte dos problemas. Nesta hipótese, sobressaem apelos para o aprimoramento das tecnologias, constatações de ineficácia dos projetos de engenharia ou a formulação de programas de capacitação dos profissionais envolvidos nos serviços.

Uma segunda hipótese valoriza a dimensão econômica do setor, localizando no investimento público insuficiente a principal raiz dos déficits. Os discursos apontam para a necessidade de maior volume de investimentos onerosos e não onerosos federais e para a flexibilização das regras que limitam a capacidade dos serviços em captar recursos públicos.

Uma terceira hipótese coloca o problema a partir de uma perspectiva de política pública. Essa corrente valoriza o aprimoramento de marcos legais e da organização institucional, colocando a gestão dos serviços no caminho crítico do sucesso da sua prestação. Propugna pelo planejamento e avaliação, pelo controle da sua prestação pela sociedade, pela regulação e fiscalização, entre outros fatores políticos, gerenciais e administrativos.

A pergunta, após esta descrição, poderia ser: qual hipótese é a verdadeira?

Em relação ao clamor por mais e mais recursos financeiros, não se pode negar que a eliminação do déficit pelos serviços requer a implantação de obras, onde as unidades de saneamento não existem ou onde estão inadequadas ou obsoletas. Contudo, pode-se afirmar com alguma segurança que nos últimos anos tem havido um aporte de recursos financeiros federais em volume superior à capacidade do setor em bem utilizá-los. No setor, não são raras as obras desnecessárias, aquelas sem os devidos cuidados técnicos, as utilizadas para a formação dos famigerados “caixa dois” para as campanhas eleitorais, as originárias das também famigeradas emendas parlamentares desconectadas com o planejamento setorial ou aquelas úteis para a prática da corrupção. Ou seja, recursos financeiros sim, mas recursos em um contexto institucional adequado e comprometido com a visão pública, que permita seu emprego eficiente.

Garantir a universalização do acesso ao saneamento básico para os brasileiros, com base nos princípios da equidade e da integralidade, apenas será alcançado por meio de uma visão sistêmica do setor. Apenas o clamor pela técnica assegurará boas soluções, mas sem o alcance social necessário. Apenas a disponibilização de recursos, no melhor dos mundos, apenas assegurará a implantação das obras, mas não a sua sustentabilidade no tempo, fator notoriamente crítico para os sistemas de saneamento básico. Em síntese, alcançar o cenário desejado para o setor impõe transpor seus gargalos. E estes se encontram, sobretudo, no campo das políticas públicas adequadamente formuladas e implementadas, da organização institucional, da gestão dos serviços, do planejamento estratégico, do controle social, do reconhecimento da intersectorialidade necessária e da interdisciplinaridade capaz de fornecer resposta aos complexos desafios.

